

MAPA RESUMO DAS DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 23 DE MARÇO DE 2017

<i>ORDEM DE TRABALHO</i>	<i>DELIBERAÇÃO</i>
A – CONTABILIDADE	
<u>1.</u> 84/CM/2017 – Comunicação das Celebração e Renovações de Contratos de Aquisição de Serviços – art.º 49.º da LOE-2017.	Deliberado, por unanimidade, a tomar conhecimento.
<u>2.</u> 85/CM/2017 – Proposta de Alteração às Grandes Opções do Plano n.º 4 – Ratificação de Decisão do Senhor Presidente.	Deliberado, por unanimidade, ratificar.
<u>3.</u> 86/CM/2017 – Proposta de Alteração Orçamental n.º 4 – Ratificação de Decisão do Senhor Presidente.	Deliberado, por unanimidade, ratificar.
C – HABITAÇÃO E URBANISMO	
<u>4.</u> 87/CM/2017 – Caducidade do licenciamento por não ter sido requerido ao levantamento da 1.ª prorrogação da licença de construção.	Deliberado, por unanimidade, mandar ouvir a interessada, através de audiência oral, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, de acordo e nos termos da informação 352/2017/DOPUSU.
<u>5.</u> 88/CM/2017 – Caducidade do licenciamento por não ter sido requerido a emissão do alvará do licenciamento.	Deliberado, por unanimidade, mandar ouvir a interessada, através de audiência oral, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, de acordo e nos termos da informação 386/2017/DOPUSU.

<u>6.</u> 89/CM/2017 - Caducidade do licenciamento por não ter sido requerido a emissão do alvará do licenciamento.	Deliberado, por unanimidade, mandar ouvir a interessada, através de audiência oral, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, de acordo e nos termos da informação 384/2017/DOPUSU.
<u>7.</u> 90/CM/2017 - Caducidade do licenciamento por não ter sido requerido a emissão do alvará do licenciamento.	Deliberado, por unanimidade, mandar ouvir a interessada, através de audiência oral, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, de acordo e nos termos da informação 387/2017/DOPUSU.
<u>8.</u> 91/CM/2017 - Caducidade do licenciamento por não ter sido requerido a emissão do alvará do licenciamento.	Deliberado, por unanimidade, mandar ouvir a interessada, através de audiência oral, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, de acordo e nos termos da informação 387/2017/DOPUSU.
<u>9.</u> 92/CM/2017 – Projeto de Arquitetura para legalização de uma habitação.	Deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo e nos termos da informação 410/2017/DOPUSU.
<u>10.</u> 93/CM/2017 – Pedido de informação prévia para construção de um armazém.	Deliberado, por unanimidade, emitir parecer favorável, de acordo e nos termos da informação 417/2017/DOPUSU.
<u>11.</u> 94/CM/2017 – Projeto de Arquitetura para legalização de uns arrumos.	Deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo e nos termos da informação 408/2017DOPUSU.
<u>12.</u> 95/CM/2017 – Constituição de Compropriedade.	Deliberado, por unanimidade, emitir parecer favorável, de acordo e nos termos da informação 448/2017/DOPUSU.
<u>13.</u> 96/CM/2017 – Constituição de Compropriedade.	Deliberado, por unanimidade, emitir parecer favorável, de acordo e nos termos da informação 449/2017/DOPUSU
<u>14.</u> 97/CM/2017 – Projeto para alteração à operação de loteamento, da zona industrial de S. João da Pesqueira, quanto à área de construção e número de pisos, referente ao lote n.º4.	Deliberado, por unanimidade, aprovar de acordo e nos termos da informação 436/2014/DOPUSU.

E – OBRAS NO CONCELHO

<u>15.</u> 98/CM/2017 – Receção definitiva – Auto de Vistoria – Proposta de decisão.	Atentas as conclusões do projeto de decisão, foi deliberado, por unanimidade, mandar ouvir o interessado, através de audiência escrita, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, de acordo com a referida informação da Divisão Obras Municipais e Gestão Urbanística.
<u>16.</u> 99/CM/2017 – Receção Definitiva – Aprovação do Auto de Vistoria.	Deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação 395/2017/DOMGU.

G – PATRIMÓNIO

<u>17.</u> 100/CM/2017 – Desafetação do Domínio Público Municipal de Parcela de Terreno.	Atentas as razões invocadas e tendo presente a informação 343/2017/DOPSU, foi deliberado, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a desafetação daquela parcela do domínio público municipal.
<u>18.</u> 101/CM/2016 – Retificação do Aditamento ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão.	Analisado o novo clausulado do referido Aditamento, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os termos do mesmo e, em ordem ao preceituado na alínea p) do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter a celebração do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão com o aditamento proposto à autorização da Assembleia Municipal.